

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/041062
RECORRENTE: LUSINALDO BARBOSA DE JESUS
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: P000652924

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.
ACÓRDÃO JARI Nº
EMENTA: Multa por infração ao **MULTA DO ART. 162, I DO CTB: "DIRIGIR VEICULO SEM POSSUIR CNH/PPD/ACC"**. Arguição de nulidade do AIT - Auto de Infração de Trânsito. Improcedência da autuação. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto pelo proprietário legal, em face de expedição de Auto de infração de Trânsito de nº **P000652924**, por transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%, na data de 24/06/2017, na Rodovia BA 084, km 3- (...), na cidade de Conceição de Coité/Ba.

Argui não ser a infratora da citada autuação, por se tratar de um veículo clonado. Acosta aos autos, Boletim de ocorrência Policial nº 1592017000081, lavrado pela 1ª DT FEIRA-BO-16-852, **entre demais documentos**. Requer o cancelamento da notificação e penalidade da multa imposta. A Recorrente junta a documentação necessária à análise de suas argumentações. É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória. Considerando o Boletim de ocorrência Policial nº 1592017000081, lavrado pela 1ª DT FEIRA-BO-16-852, verifica-se que as razões recursais atendem aos interesses legais da recorrente.

A clonagem ora alegada, ficou comprovada através da fiscalização realizada pelos Policiais, os quais informaram no B. O acima citado, que o veículo que trafegava no momento da autuação, foi identificado como pertencente ao de PLACA OUR9800/BA, com ocorrência de Furto/Roubo.

Logo, fica evidente que a Recorrente não cometeu a infração disposta no AIT de nº **P000652924**, sendo sólida e efetiva a alegação de clonagem.

Isto posto, agindo discricionariamente, e em estrita observância aos Princípios Administrativos da Legalidade e da Autotutela, se impõe o acolhimento das razões recursais, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. **P000652924**, lavrado contra **LUSINALDO BARBOSA DE JESUS**, insubsistente, determinando o seu arquivamento. Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos do artigo.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. **P000652924**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 17 de novembro de 2020

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente - Relator

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular/ DETRAN

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular/ SIT

Maria Fernanda A. Cunha – Secretária da JARI